



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

RESULTADO DO TESOURO DO ESTADO DO CEARÁ

**3º TRIMESTRE
DE 2006**

Fortaleza – CE
Dezembro/2006

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

SECRETÁRIO

Vicente Cavalcante Fialho

COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

ELABORAÇÃO

Marcelo Ponte Barbosa

Nicolino Trompieri Neto

COLABORAÇÃO

Francis Carlo Petterini (IPECE)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora
Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N
Ed. SEPLAN - 2º andar
60839-900 – Fortaleza-CE
www.ipece.ce.gov.br
ipece@ipece.ce.gov.br

1 - RESULTADO FISCAL

O terceiro trimestre de 2006 se encerra com a obtenção de um resultado primário acumulado da ordem de R\$ 544,4 milhões, representando uma diminuição real de 27,1% com relação ao mesmo período do ano anterior. Comparado a 2003 o superávit primário dos três primeiros trimestres de 2006 apresentou um aumento de 160%.

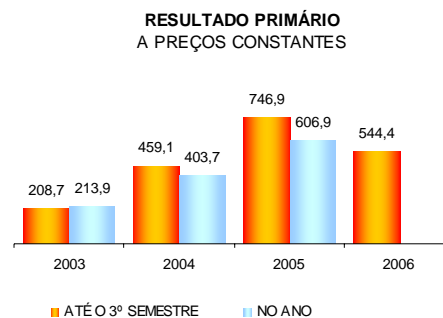
Graças ao esforço fiscal praticado, o resultado nominal passou a ser positivo em 2005 em R\$ 219 milhões, em valores correntes, revertendo uma situação de déficit que ocorreu ao final de 2003 e 2004. Esta tendência continuou nos três primeiros trimestres de 2006, quando o Resultado Nominal totalizou R\$ 555 milhões, montante 57% superior ao do mesmo período do ano de 2005, em termos reais. Este aumento é reflexo da diminuição do serviço da dívida, somada ao expressivo crescimento das operações de crédito neste ano, o que se traduz em uma maior capacidade de investimento do Governo do Estado nos próximos anos.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

DISCRIMINAÇÃO	SET/05	DEZ/05	SET/06
1. Receitas	4.445	6.173	5.237
Receitas de Transferências	1.807	2.526	2.052
FPE	1.574	2.198	1.814
Outras	234	328	239
Receitas de Arrecad. Própria	2.638	3.647	3.185
ICMS	2.258	3.097	2.637
Outras	380	549	548
2. Transferências aos Municípios	609	825	687
3. Receita Líquida⁽¹⁻²⁾	3.837	5.348	4.550
4. Despesas não Financeiras	3.122	4.764	4.006
Pessoal e Encargos	1.819	2.556	1.994
OCC	1.303	2.208	2.011
Investimento	152	385	535
Outras Despesas de Capital	76	115	179
Sentenças Judiciais	5	8	2
Outras Despesas Correntes	1.070	1.699	1.295
5. Resultado Primário⁽³⁻⁴⁾	714	584	544
6. Juros da Dívida ^(Líquido Devido)	159	214	110
7. Amortizações	305	420	298
8. Nec. De Financiamento ⁽⁵⁻⁶⁻⁷⁾	251	-50	136
9. Alienação de Bens	1	2	0
10. Operações de Crédito	87	268	419
Internas	22	38	229
Externas	65	230	191
11 - Resultado Nominal⁽⁸⁺⁹⁺¹⁰⁾	339	219	555

Fonte: Sistema Integrado de Contabilidade do Ceará. Elaboração: IPECE

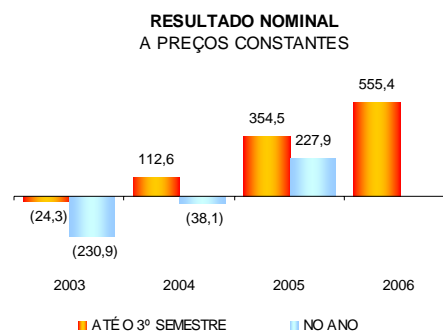
GRÁFICO 1.1



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O resultado primário nos três primeiros trimestres de 2006 caiu 27% com relação ao mesmo período do ano anterior, em termos reais. Já o Resultado Nominal cresceu 57%, reflexo do expressivo aumento das operações de crédito.

GRÁFICO 1.2



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

2 - RECEITAS

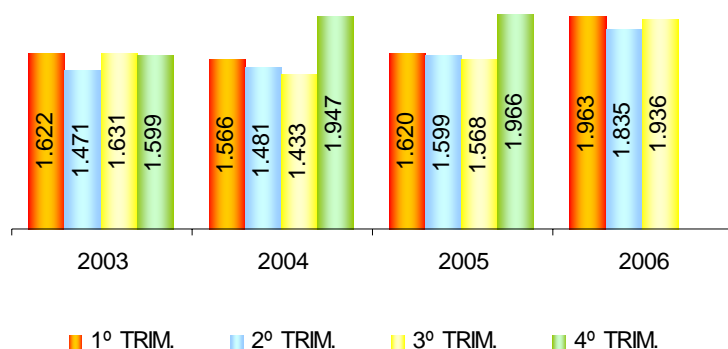
A receita orçamentária anual vem apresentando aumentos reais desde 2003, encerrando 2005 a um nível de R\$ 6.737 milhões. Totalizando R\$ 5.715, os três primeiros trimestres de 2006 confirmam esta tendência, tendo superado em 19,8% a receita do mesmo período do ano anterior. Mantendo-se esta performance, projeta-se para o ano de 2006 uma receita orçamentária na ordem de R\$ 8.030 milhões

Como se pode observar no Gráfico 2.3, existe certo grau de sazonalidade na receita orçamentária entre os quatro trimestres do ano. Um padrão que pode ser observado é que o resultado do último trimestre é, tradicionalmente, superior ao dos outros trimestres do ano. De 2003 a 2005, a participação média do último trimestre com relação ao resultado anual foi de aproximadamente 29%.

É importante frisar que este aumento da receita orçamentária nos primeiros três trimestre de 2006 foi devido em parte ao crescimento na arrecadação do ICMS e das transferências da união, mas também ao aumento do volume de operações de crédito observado neste período.

GRÁFICO 2.3

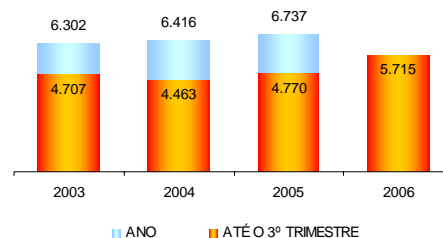
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TRIMESTRES - A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.1

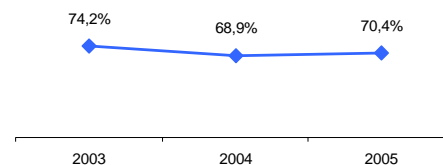
RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.2

RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS PRIMEIROS TRIMESTRES NO VALOR DO ANO

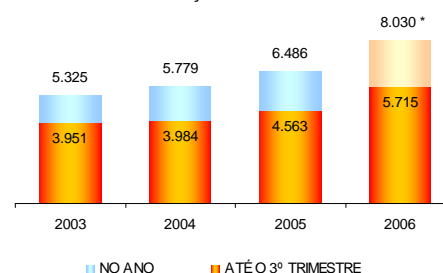


Medido a preços correntes. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

Nos primeiros três trimestres de 2006, a receita orçamentária do tesouro estadual apresentou um crescimento real de quase 20% com relação ao mesmo período do ano anterior.

GRÁFICO 2.4

RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES



*Previsão básica, supondo-se uma participação dos três primeiros trimestres igual a média dos anos anteriores. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

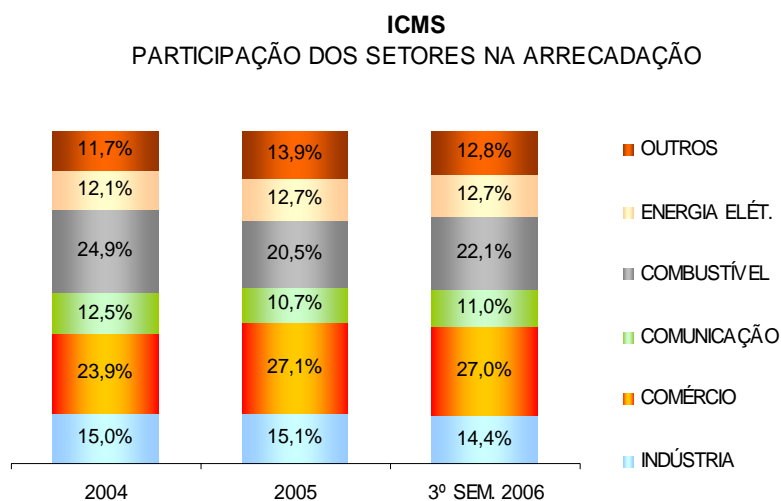
Entre as receitas de arrecadação própria, a mais relevante é o ICMS, correspondendo, nos primeiros três trimestres de 2006, a 83% dessas e a cerca de 46% da receita orçamentária total.

A arrecadação do ICMS vinha demonstrando crescimento real até o ano de 2004, sofrendo uma queda em 2005. Entretanto, o resultado dos três primeiros trimestres de 2006 foi 11,7% superior ao do mesmo período do ano passado, sinalizando uma recuperação da arrecadação do tributo e confirmando a boa performance do comércio e da indústria no decorrer deste ano.

Entre os anos 2003 e 2005, a arrecadação nos primeiros três trimestres equivaleu, em média, a cerca de 71,8% do total anual. Mantendo-se esta proporção, projeta-se para o ano de 2006, uma arrecadação total da ordem de R\$ 3.672 milhões.

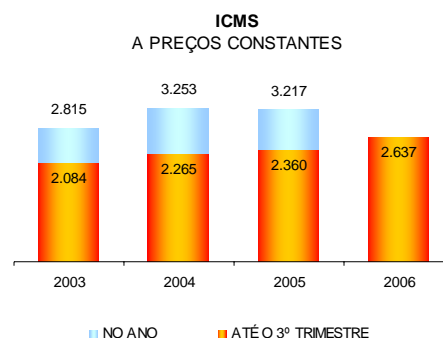
Ao se analisar a arrecadação do ICMS por setores no período em questão, os principais representantes continuaram a ser o comércio (27% do ICMS arrecadado), os combustíveis (22,1%) e a indústria (14,4%). Com relação a 2005, a variação mais significativa ocorreu no ICMS dos combustíveis, que apresentou um crescimento de 1,6%.

GRÁFICO 2.7



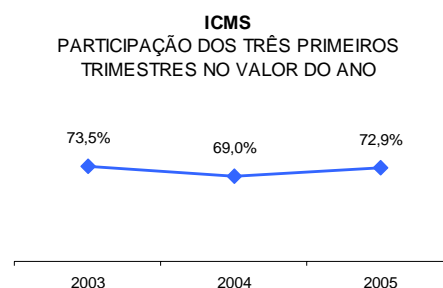
Medido a preços correntes
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.5



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

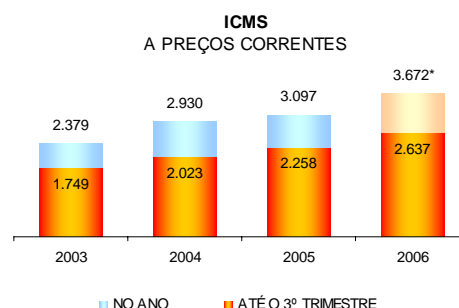
GRÁFICO 2.6



Medido a preços correntes.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O aumento real de 11,7% na arrecadação do ICMS nos primeiros três trimestres de 2006 deveu-se, em parte, à boa performance do comércio e da indústria observada no período.

GRÁFICO 2.8



*Previsão básica, supondo-se uma participação dos três primeiros trimestres igual a média dos anos anteriores.
R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

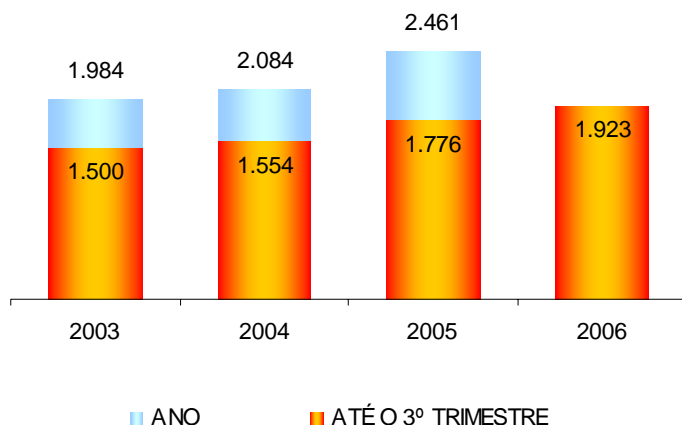
Dos impostos que geram as receitas próprias do estado, o IPVA é o segundo mais importante, tendo contribuído com quase 5% dessas receitas nos primeiros três trimestres de 2006. Entretanto, devido à concentração deste tributo nos primeiros meses do ano, é certo que sua participação caia até o fim de 2006. Até setembro de 2006, a arrecadação do IPVA acumulou R\$ 152,8 milhões, mostrando um aumento real de cerca de 11% com relação ao mesmo período de 2005.

Além das receitas de arrecadação própria, as Transferências da União são a outra grande fonte de receitas do Tesouro Estadual. As transferências responderam por aproximadamente 34% da receita orçamentária do Estado nos três primeiros trimestres de 2006. Neste período, essas receitas somaram R\$ 1.923 milhões, resultado 8,3% superior ao mesmo período do ano anterior, em valores constantes.

A participação das transferências dos primeiros nove meses no total do ano vem caindo ligeiramente entre 2003 e 2005. Em média, 73,5% das transferências anuais são repassadas neste período do ano. Partindo desta proporção, estima-se que o ano de 2006 se encerre com um total de R\$ 2.617 milhões em Transferência da União.

GRÁFICO 2.11

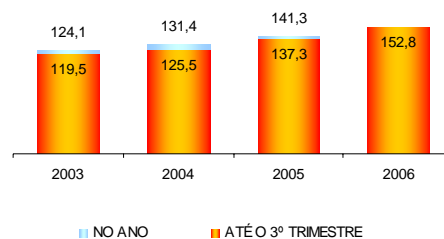
**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.9

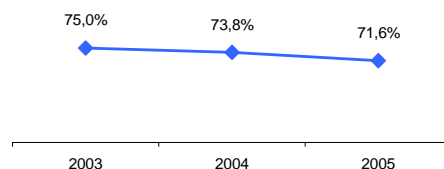
**IPVA
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.10

**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS PRIMEIROS
TRIMESTRES NO VALOR DO ANO**

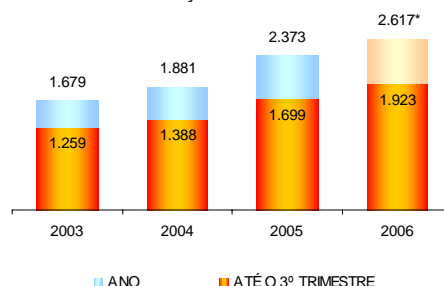


Medido a preços correntes. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

As transferências responderam por aproximadamente 34% da receita orçamentária do Estado nos primeiros três trimestres de 2006, quando totalizaram R\$ 1.923 milhões.

GRÁFICO 2.12

**TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
A PREÇOS CORRENTES**



*Previsão básica, supondo-se uma participação dos três primeiros trimestres igual a média dos anos anteriores. R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE.

Das transferências da união, a mais relevante tem sido o FPE – Fundo de Participação dos Estados, correspondendo, nos primeiros nove meses de 2006, a cerca de 94% do total de transferências. Assim, a trajetória recente deste recurso espelha as transferências da união, apresentando crescimento desde 2003.

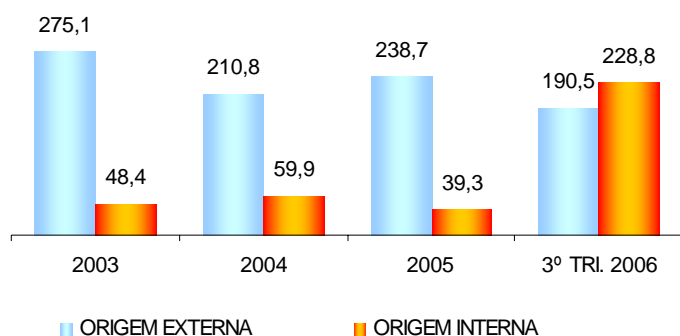
As transferências do FPE totalizaram R\$ 1.814 milhões nos três primeiros trimestres de 2006, um aumento real de 10%, com relação ao mesmo período de 2005. Em média, o FPE transferido para o estado até o mês de setembro equivale a 73,6% do total transferido anualmente. Seguindo este padrão, projeta-se um montante de R\$ 2.465 milhões em transferências até o final de 2006.

As operações de crédito acumularam R\$ 419,4 milhões nos primeiros três trimestres de 2006, representando um grande aumento se comparado ao ano anterior. Deste total, aproximadamente 55% compreendem créditos de origem interna, invertendo o padrão das operações dos anos anteriores.

Observa-se que as operações de crédito dos nove primeiros meses de 2006 já ultrapassaram em 50% o total de operações do ano de 2005, em valores constantes.

GRÁFICO 2.15

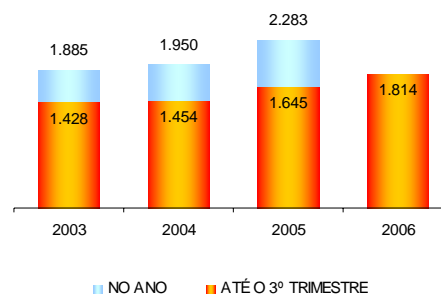
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ORIGEM
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.13

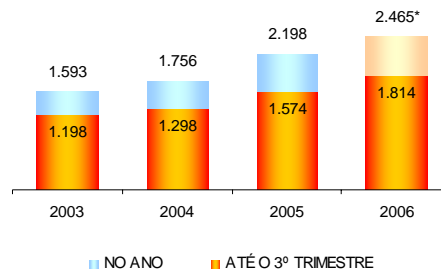
FPE
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 2.14

FPE
A PREÇOS CORRENTES

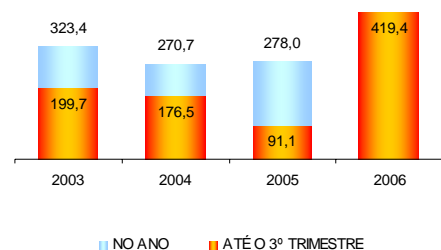


* Previsão básica, supondo-se uma participação do terceiro trimestre igual a média dos anos anteriores. R\$ Milhões. Excluídos incentivos fiscais. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

As operações de crédito até setembro de 2006 já ultrapassaram em 50% o total de operações do ano de 2005, em valores constantes.

GRÁFICO 2.16

OPERAÇÕES DE CRÉDITO
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

3 - DESPESAS

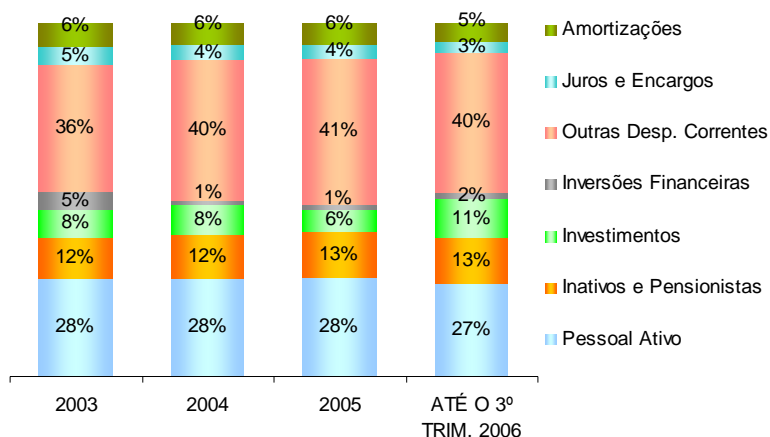
A despesa total do Governo do Estado manteve um nível praticamente constante nos anos de 2003 e 2004, em termos reais, e sofreu um pequeno acréscimo em 2005. Tomando-se os primeiros três trimestres de cada ano, vê-se que as despesas vinham se mantendo relativamente estáveis nos dois últimos anos, passando a subir em 2006, quando somou R\$ 5.674 milhões. Este resultado foi 17% superior ao do mesmo período do ano anterior.

No Gráfico 3.2, vê-se que os principais componentes da despesa total do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos e pensionistas e “outras despesas correntes”. Entretanto, observa-se que o item “Investimentos” apresentou um significativo aumento de participação na despesa total, passando de 6%, em 2005, para 11%, até o terceiro trimestre de 2006.

As despesas com pessoal ativo corresponderam, nos primeiros três trimestres de 2006, a aproximadamente 27% do total das despesas do estado, tendo atingido um total de R\$ 1.514 milhões neste período. Este valor demonstra um aumento real de 6,2% com relação ao mesmo período de 2005. Apesar deste aumento, mantêm-se a trajetória de queda da relação “despesa com pessoal ativo/RCL”, que passou de 37,1%, em 2005, para 33,7%, até setembro de 2006, indicando uma situação de equilíbrio para esta conta.

GRÁFICO 3.2

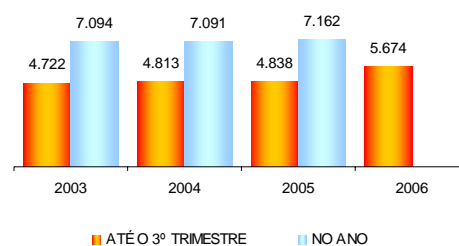
COMPONENTES DA DESPESA TOTAL



Fonte: SEPLAN – Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.1

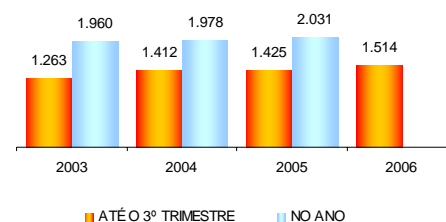
DESPESA TOTAL
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.3

PESSOAL ATIVO
A PREÇOS CONSTANTES

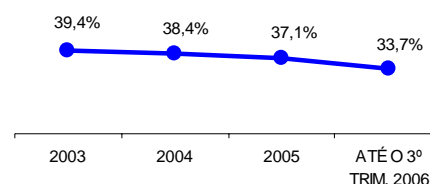


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

Nos primeiros três trimestres de 2006, a despesa real com pessoal ativo subiu 6,2%, se comparada ao mesmo período de 2005. Relativamente à RCL, esta despesa vem caindo desde 2003.

GRÁFICO 3.4

PESSOAL ATIVO / RCL



Medido a preços correntes - Fonte: SEPLAN
Elaboração: IPECE

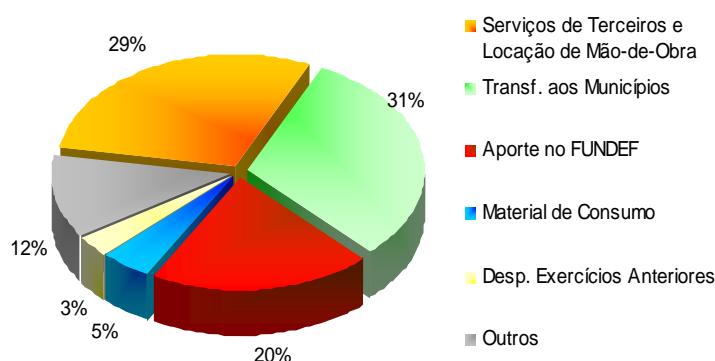
Os gastos com investimentos somaram R\$ 634,2 milhões nos primeiros três trimestres de 2006, demonstrando um crescimento real de cerca de 237% com relação ao mesmo período do ano anterior. Este valor espelha a melhoria da situação fiscal do Estado, evidenciada pelos sucessivos resultados nominais positivos obtidos desde 2005. Espera-se, portanto, uma trajetória crescente dos investimentos para os próximos anos.

As Inversões Financeiras totalizaram, até setembro de 2006, R\$ 102 milhões. Isto representa um aumento real de 64%, com relação ao mesmo período do ano de 2005. Deve-se observar que, a partir de agosto de 2003, a contabilização dos incentivos fiscais sofreu significativas alterações, devendo-se, assim, analisar estes períodos separadamente.

As Outras Despesas Correntes correspondem a 40% do total de despesas do Estado. Elas apresentaram, de 2003 a 2005, um crescimento real médio de cerca de 8% ao ano. Nos primeiros três trimestres de 2006, essas despesas somaram R\$ 2.243 milhões, um crescimento real de aproximadamente 12,9% com relação ao mesmo período do ano passado.

GRÁFICO 3.7

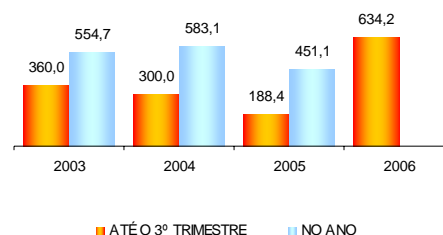
OUTRAS DESPESAS CORRENTES
TRÊS PRIMEIROS TRIMESTRES DE 2006



Fonte: SEPLAN – Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.5

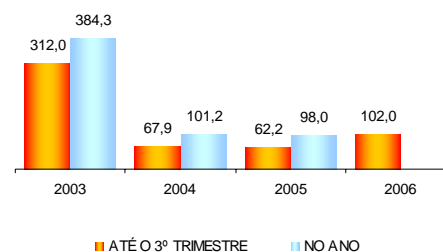
INVESTIMENTOS
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.6

INVERSÕES FINANCEIRAS
A PREÇOS CONSTANTES

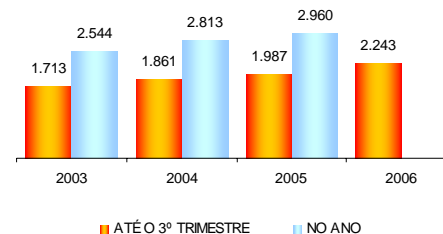


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

Juntos, as Transferências aos Municípios, os Gastos com Terceirizados e Locação de Mão-de-Obra e o Aporte no FUNDEF, responderam por 80% das Outras Despesas Correntes.

GRÁFICO 3.8

OUTRAS DESPESAS CORRENTES
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

Desde 2003, as despesas com juros e encargos da dívida vêm caindo, em média, cerca de 14% ao ano, em termos reais. Nos três primeiros trimestres de 2006, estas despesas acumularam R\$ 168 milhões, 13,3% a menos que o despendido no mesmo período de 2005. Já as despesas com amortizações de 2006 totalizaram, até então, R\$ 298,2 milhões, valor 5,5% inferior ao do mesmo período de 2005.

Somando-se os Juros e Encargos às Amortizações, têm-se o Serviço Total da Dívida. O Serviço da Dívida vem diminuindo cerca de 7% ao ano, fechando 2005 em R\$ 704 milhões, em valores constantes. Nos nove primeiros meses de 2006, este valor ficou em R\$ 466,2 milhões.

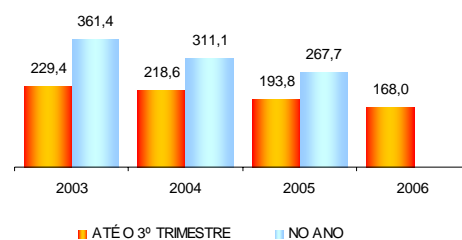
**TABELA 2
SERVIÇO DA DÍVIDA**

	2003	2004	2005	2006 3º trim.
Amortizações	452,5	421,4	436,3	298,2
Juros e Encargos	361,4	311,1	267,7	168,0
Serviço da Dívida	813,9	732,5	704,0	466,2

R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do 3º trimestre de 2006.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.9

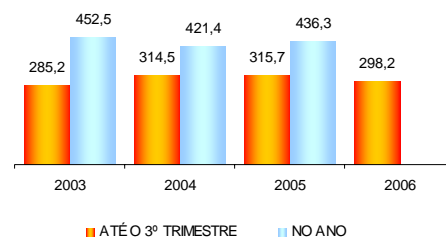
**JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 3.10

**AMORTIZAÇÕES
A PREÇOS CONSTANTES**



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

4 – FUNDEF

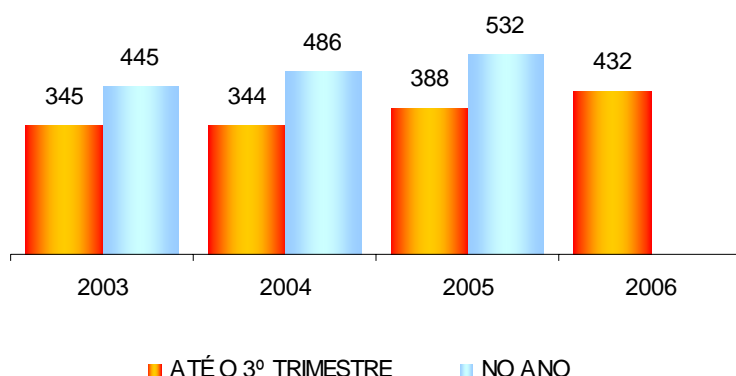
O aporte do Governo Estadual no FUNDEF nos três primeiros trimestres de 2006 totalizou R\$ 549 milhões, o que equivale a um acréscimo real de 7,6% com relação ao mesmo período de 2005. De 2003 a 2005, o aporte vem crescendo em média 4,5% ao ano, em valores constantes.

Entre 2003 e 2005, o retorno do FUNDEF para o Governo do Estado tem sofrido uma redução real média de 7,4% ao ano. O retorno nos nove primeiros meses de 2006 totalizou R\$ 118 milhões, 3,3% a menos que o retorno do mesmo período de 2005.

O retorno do FUNDEF com relação ao aporte tem diminuído continuamente, chegando a 21% deste nos três primeiros trimestres de 2006. Neste período, registrou-se uma perda da ordem de R\$ 432 milhões, resultado 11% superior ao do mesmo período de 2005, em valores constantes. De 2003 a 2005, a perda do FUNDEF cresceu 9,5% ao ano, em média.

GRÁFICO 4.3

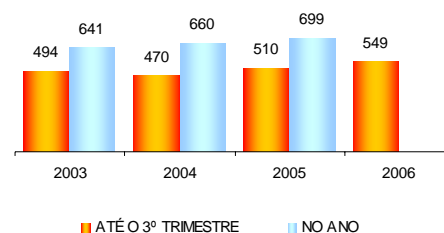
PERDA DO FUNDEF
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.1

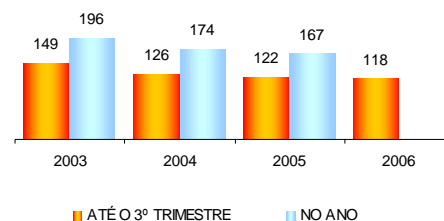
APORTE NO FUNDEF
A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 4.2

RETORNO DO FUNDEF
A PREÇOS CONSTANTES

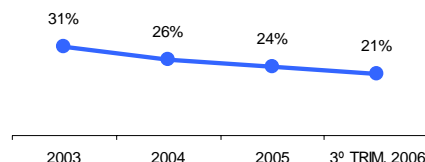


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do terceiro trimestre de 2006. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

O Governo do Estado do Ceará vem sofrendo sucessivas perdas com o FUNDEF, que vêm crescendo a taxa real média de 9,5% ao ano, desde 2003.

GRÁFICO 4.4

RETORNO DO FUNDEF
(% APORTE)



Medido a preços correntes. Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

5 – PREVIDÊNCIA

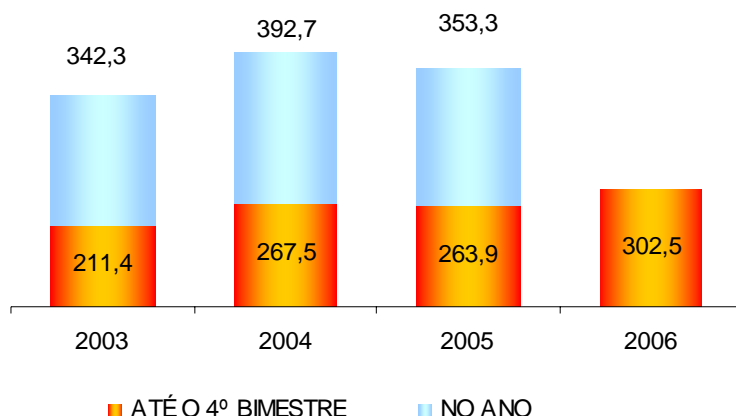
As despesas com inativos e pensionistas vêm apresentando elevações anuais contínuas. De 2003 a 2005, tais gastos tiveram crescimento médio de 4,7% ao ano, em termos reais.

Nos quatro primeiros bimestres de 2006, os gastos com a previdência totalizaram R\$ 625 milhões, valor 5% superior ao do mesmo período de 2005. Apesar disso, a relação entre essas despesas e a Receita Corrente Líquida (RCL) vem caindo continuamente, fechando o mês de agosto de 2006 em 15,9%.

Já as receitas previdenciárias somaram, nos quatro primeiros bimestres de 2006, R\$ 322 milhões, uma queda de 2,7%, se comparado ao mesmo período de 2005. Esta queda no lado das receitas, juntamente com o crescimento das despesas previdenciárias, resultou num aumento do déficit previdenciário em 2006, que foi 14,6% maior que o do mesmo período de 2005.

GRÁFICO 5.3

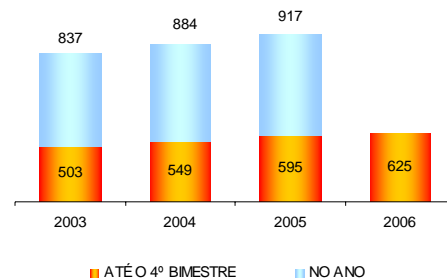
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto bimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 5.1

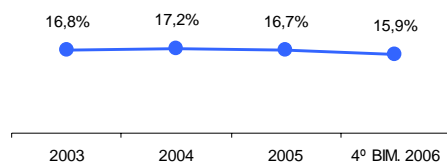
INATIVOS E PENSIONISTAS A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto bimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 5.2

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (% RCL)

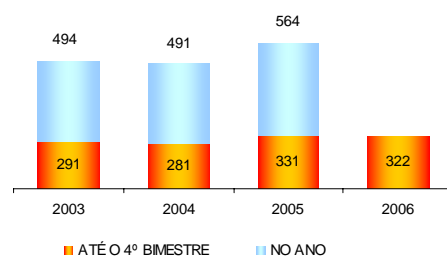


Medido a preços correntes.
Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

Nos primeiros oito meses de 2006, a queda nas receitas previdenciárias, juntamente com o aumento no lado das despesas, resultou no crescimento do déficit previdenciário em 14,6%, com relação ao mesmo período do ano de 2005.

GRÁFICO 5.4

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS A PREÇOS CONSTANTES



R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do quarto bimestre de 2006. Fonte: SEPLAN - Elaboração: IPECE

6 – A DÍVIDA DO ESTADO

A Dívida Consolidada Líquida sofreu uma redução significativa nos dois primeiros quadrimestres de 2006. Neste período, o saldo da dívida, em valores constantes, caiu em 26% com relação à posição de dezembro de 2005. Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo, em agosto de 2006, a 61% do total da Receita Corrente Líquida. Esta redução deveu-se, em parte, ao significativo aumento nos Ativos Disponíveis do Estado.

No Gráfico 6.1 observa-se uma aparentemente elevação da dívida de 2003 para 2004. O que de fato ocorreu foi a absorção de dívidas não consideradas anteriormente*. Dessa forma, para uma comparação temporal consistente, deve-se levar em conta a trajetória da dívida caso não houvesse mudança em sua metodologia de apuração. Neste caso, percebe-se uma trajetória de diminuição contínua da dívida consolidada líquida desde 2003, não só em termos absolutos, como também em relação à Receita Corrente Líquida.

Utilizando-se a metodologia antiga, a posição da dívida em agosto de 2006 revela uma redução real de aproximadamente 31%, com relação ao ano de 2005. Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida vem diminuindo substancialmente, equivalendo a 48% do total da Receita Corrente Líquida.

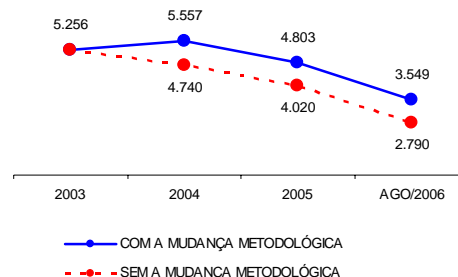
TABELA 3
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

	2004	2005	2006 (Agosto)
1. Dívida Consolidada (DC)	5.058	4.785	4.385
2. Ativo Financeiro	44	154	836
3. Dívida Consolidada Líquida (DCL)¹⁻²	5.014	4.631	3.549
4. Receita Corrente Líquida (RCL)	4.636	5.304	5.838
DC/RCL	1,09	0,90	0,75
DCL/RCL	1,08	0,87	0,61

Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

GRÁFICO 6.1

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
A PREÇOS CONSTANTES

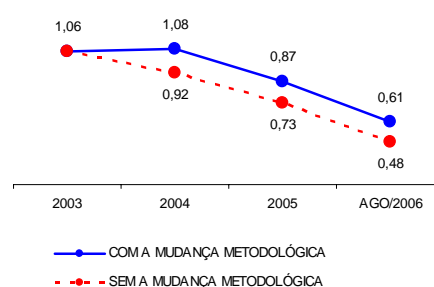


R\$ Milhões, corrigido pelo IPCA a preços do primeiro semestre de 2006.
Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

Relativamente às receitas do Estado, a Dívida Corrente Líquida diminuiu substancialmente, equivalendo, em agosto de 2006, a 61% do total da Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO 6.2

DCL/RCL
A PREÇOS CONSTANTES



Fonte: SEFAZ - Elaboração: IPECE

* A partir de 2004 passa-se a considerar as garantias assumidas junto à COHAB, FUNECE e FUSEC e parcelamentos juntos ao INSS e PASEP.